



As Mulheres Conforme as Ciências Administrativa: Uma Ciência para a Manutenção da Opressão e da Exploração?

Autoria

Marilia Duarte de Souza - mariliaduartesouza@gmail.com

Deise Luiza da Silva Ferraz - deiseluiza@face.ufmg.br

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Janaynna de Moura Ferraz - jannaferraz@me.com

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

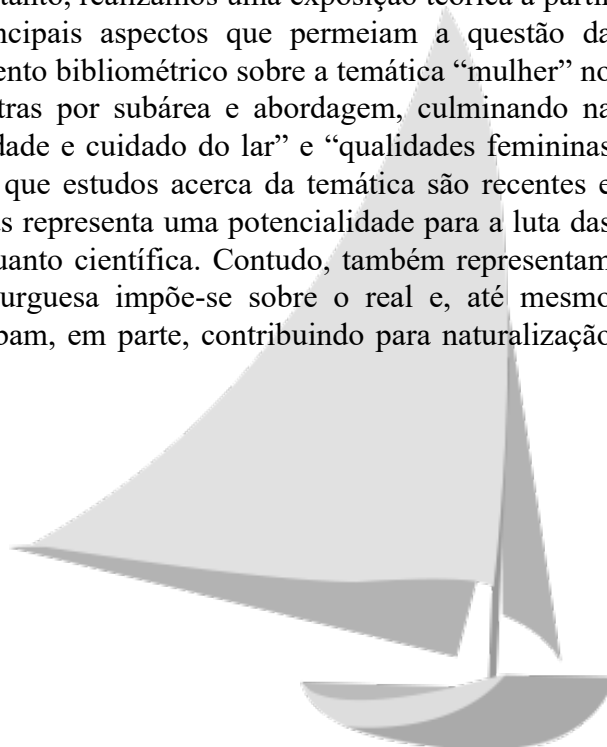
outro/outro

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq, à FAPEMIG e à CAPES pelo apoio na realização das pesquisas conduzidas pelo NEC-TraMa - Núcleo de Estudos Críticos, Trabalho e Marxologia -, vinculado ao CEPEAD/UFMG - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo

Buscamos compreender as potencialidades do conhecimento produzido nas ciências administrativas para alterações qualitativas nas relações entre homens e mulheres, relações sociais que atualmente são de opressão. Para tanto, realizamos uma exposição teórica a partir do feminismo classista para expor os principais aspectos que permeiam a questão da opressão à mulher. Realizamos um levantamento bibliométrico sobre a temática “mulher” no campo da Administração, destacando amostras por subárea e abordagem, culminando na discussão das categorias analíticas “maternidade e cuidado do lar” e “qualidades femininas versus qualidades masculinas”. Concluímos que estudos acerca da temática são recentes e escassos, porém a existência de tais pesquisas representa uma potencialidade para a luta das mulheres, visto que a pauta se legitima enquanto científica. Contudo, também representam limitação, pois a racionalidade científica burguesa impõe-se sobre o real e, até mesmo aqueles artigos que se propõem críticos acabam, em parte, contribuindo para naturalização da opressão.





As Mulheres Conforme as Ciências Administrativa: Uma Ciência para a Manutenção da Opressão e da Exploração?

Resumo

Buscamos compreender as potencialidades do conhecimento produzido nas ciências administrativas para alterações qualitativas nas relações entre homens e mulheres, relações sociais que atualmente são de opressão. Para tanto, realizamos uma exposição teórica a partir do feminismo classista para expor os principais aspectos que permeiam a questão da opressão à mulher. Realizamos um levantamento bibliométrico sobre a temática “mulher” no campo da Administração, destacando amostras por subárea e abordagem, culminando na discussão das categorias analíticas “maternidade e cuidado do lar” e “qualidades femininas versus qualidades masculinas”. Concluímos que estudos acerca da temática são recentes e escassos, porém a existência de tais pesquisas representa uma potencialidade para a luta das mulheres, visto que a pauta se legitima enquanto científica. Contudo, também representam limitação, pois a racionalidade científica burguesa impõe-se sobre o real e, até mesmo aqueles artigos que se propõem críticos acabam, em parte, contribuindo para naturalização da opressão.

Palavras-chave: Ciência; Administração; Mulher; Opressão; Emancipação.

1 Introdução

Múltiplas são as formas de apreender o real. Transformamos nossos modos práticos de vida em expressões artísticas, religiosas, senso comum, científicas, entre outras. Cada forma de expressão tem seus modos próprios de efetivação, sua organização interna de funcionamento. A ciência moderna, em sua concepção recorrente, é uma forma de expressão apresentada como a produção de um conhecimento que busca guardar as verossimilhanças entre o pensado e o existente tendo como primazia a razão (GALVÃO *et al.*, 2016). Não é esse o caso deste texto, que subscreve que a razão é um meio naturalmente humano de transpor o real para o pensamento, tendo o primeiro a primazia sobre o segundo (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018), ainda que não desconsidere que as possibilidades de alterações qualitativas na realidade sejam também engendradas pelo grau de conhecimento do real.

Embora a atividade produtiva científica tenha sua própria lógica interna de funcionamento, esta não está apartada dos múltiplos complexos da sociabilidade humana sob o capital: os interesses contraditórios produzidos nas relações concretas - conforme as condições de produção e reprodução da existência - guardam correspondências com os modos de conhecer essas condições. O que implica no seguinte movimento, a organização interna do fazer ciência que advoga a primazia da razão sobre o real corresponde às necessidades do processo de valorização do capital, pois permite que o pensar determine quais os aspectos do real serão considerados relevantes para explicar as o ser da natureza e as práticas humanas, reduzindo a possibilidade de o conhecimento ser um meio de produção de subjetividades que se mobilizem rumo às práticas sociais que alterem qualitativamente o real, ou, em outros termos, a ciência moderna acomoda ao *status quo* ao invés de nos oportunizar revoluções na sociabilidade humana. Eis porque vários autores consideram a ciência moderna como uma ciência burguesa (FERRAZ; FERRAZ, 2018; PAÇO-CUNHA, 2018). As catástrofes recentes no mundo são um indicativo concreto de que as sendas que temos tomado comprometem a continuidade da vida no planeta. Eis porque o conhecimento científico necessita ser inquirido acerca de sua potencialidade para alterações qualitativas nas relações humanas.

Situando o debate na ciência da gestão, isto é, na Administração, resumindo quase que instantaneamente sua história como prática científica, tratou-se de um desdobramento da cisão da economia política, substituída pela ciência econômica cujo marco teórico inicia com Alfred Marshall e que, desde então, assume sem questionamento a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação do mais valor como sendo uma lei natural do desenvolvimento da humanidade. Ao tomar o desdobramento da parcialização da Economia Política entendemos



como a disciplinaridade contribuiu para perpetuar a reificação das relações de produção capitalista. Se aos economistas políticos interessava compreender a relação entre a produção da riqueza nacional enquanto um duplo movimento de produção de valor e processo de trabalho (Adam Smith, Karl Marx, entre outros), a ciência econômica desprovida da Política, desloca a razão do pesquisador para o processo de circulação e controle da riqueza produzida; deixando o processo de produção para disciplinas como a Administração, que constitui-se como ciência que investiga o processo de produção sem observar o processo de valorização.

Dentro desse processo de parcialização da ciência uma questão carece de maior enfretamento, dado os poucos estudos encontrados sobre o tema, como demonstraremos neste trabalho, que é o tratamento que a ciência da administração – uma produção de conhecimento que já nasceu comprometida com a (re)produção do capital – tem destinado às relações de gênero. E é este o nosso intento neste trabalho, compreender as potencialidades do conhecimento produzido no campo das ciências administrativas para alterações qualitativas nas relações entre homens e mulheres, relações sociais que atualmente são de opressão (FEDERICI, 2017; TOLEDO, 2003; SAFFIOTI, 2001; MONTENEGRO, 1981). Para tanto, este artigo é composto pela presente introdução, seguida de uma revisão teórica que buscará compreender os principais aspectos que permeiam a questão da opressão à mulher. Em seguida apresentamos o método utilizado na pesquisa, a análise de dados e as considerações finais.

2 O Processo de Naturalização do Papel Social da Mulher e seu Reflexo na Ciência

Para compreender o complexo contraditório do qual o conhecimento científico faz parte, atentamos para alguns elementos essenciais. Mészáros (2016), em sintonia com a explicação marxiana, expõe que a autoprodução da generidade humana ocorre por meio da atividade de produção e reprodução do ser social, ou seja, a interação fundamental entre Ser Humano e Natureza mediada pelo trabalho, pelos elementos essenciais e universais da relação entre “homem” (H)¹, “natureza” (N) e “indústria” (I). Há, portanto, uma reciprocidade dialética: o “ser humano” não é apenas criador da indústria, mas também seu produto; ao alterar a natureza, altera a si mesmo; ao satisfazer suas necessidades por meio dos produtos resultantes da atividade produtiva, produz novas necessidades, sendo, assim, uma mediação de primeira ordem.

Entretanto, no modo de produção capitalista, esta atividade produtiva em sua forma histórica alienada (estranha a si), torna-se fonte de alienação das capacidades humanas em relação ao próprio ser humano, pois grupos humanos apartados dos meios de produção estão impossibilitados de (re)produzirem sua existência se não venderem a única coisa que lhes restam: a capacidade física e espiritual apta à atividade produtiva. Isso ocorre porque a atividade produtiva essencial é subjugada a uma mediação de segunda ordem, uma relação entre os Proprietários dos Meios de Produção (P) e os que estão “livres” dessa propriedade, os vendedores da Força de Trabalho (T) (MÉSZÁROS, 2016). Isto é, a interação fundamental que mencionamos no parágrafo anterior não ocorre diretamente, pois é intermediada por relações de trabalho em que alguns poucos detêm os meios de produção e tantos outros, não tendo como se autoproduzir, precisam vender sua capacidade trabalho, estes não escolhem em que vão trabalhar, como será esse processo trabalho, qual produto será produzido, enfim, o trabalho torna-se tão somente meio de continuar vivo (MARX, 2004). O Ser humano está cindido em P e T, o que conseqüentemente desenvolve a produção de uma Natureza Alienada (NA) e de uma Indústria Alienada (IA). Em outras palavras, o desenvolvimento dos produtos do trabalho de um modo geral e da própria subjetividade humana se dão a partir de relações contraditórias entre os proprietários dos meios de produção (capitalistas) e os vendedores da força de trabalho (trabalhadores) (MÉSZÁROS, 2016). Assim, a reificação da humanidade engendrada pela multiplicidade de inter-relações decorrentes da auto-alienação do trabalho reflete em todos os aspectos da sociabilidade, inclusive no campo científico.



Partamos da seguinte constatação histórica: o capitalismo não instaurou a exploração de um grupo social por outro, tampouco instaurou a opressão da mulher pelo homem, não obstante, se a opressão da mulher não é um fenômeno nascido com a sociedade capitalista, é com esse modo de produção que ela ganha contornos específicos em conformidade com as relações sociais alienadas. Como exporemos a seguir.

O fato de a opressão e a exploração serem anteriores a sociabilidade capitalista não implica numa relação *ad aeternum*, igualmente não significa que sempre houve e sempre haverá relações de exploração e de opressão, indica, pois, que mudanças nas relações são possíveis, como nos mostram os estudos de Montenegro (1981), Saffioti (2001), Toledo (2003), Federici (2017), dentre outras pesquisadoras feministas. Vale ressaltar que tais autoras não abstraíram as relações de classe e raça para estudarem as relações de gênero no desenvolvimento histórico da humanidade, mesmo porque na concretude da reprodução da existência as condições reais de vida tornam-se unidade de múltiplos determinantes dos quais destacam-se elementos como raça, classe e gênero.

Federici (2017, p. 26) apresenta uma série de fatos que demonstram como se produziu uma divisão sexual do trabalho no capitalismo e a sua moral correspondente, moral, que segundo Marx, é elemento determinante do valor da mercadoria força de trabalho. A autora demonstra como no desenvolvimento do capitalismo foram engendradas relações de opressão da mulher cuja natureza é distinta das relações presentes na sociabilidade feudal. A partir das considerações de Marx sobre a acumulação primitiva do capital, a autora traz para a discussão um elemento não considerado pelo autor, qual seja, a caça às bruxas.

Para Federici (2017), a Caça às Bruxas foi um movimento político repressivo determinante para a produção de uma sociabilidade necessária à produção e reprodução da capacidade de trabalho como mercadoria, uma sociabilidade pautada na relação de submissão da mulher pelo matrimônio e pela maternidade. Ela destaca que a Caça às Bruxas foi uma medida repressiva do Estado destinada à alterar os modos de vida da mulher feudal que não correspondiam mais às demandas do novo modo de produção que tem em seu germe os cercamentos das terras, ou seja, processo que deixou expressivos grupos sociais desprovidos dos meios de (re)produzir a existência. Despojados da propriedade privada dos meios de produção, esses grupos sociais necessitam vender o que lhes restam, a capacidade de trabalho e, para isso, carecem produzir e reproduzir essa capacidade de trabalho como mercadoria. Alimentação, vestimenta, higiene, educação das novas gerações, são elementos envolvidos na produção da mercadoria força de trabalho. E o que na sociedade feudal eram atividades compartilhadas entre o grupo familiar que produzia os bens necessários – e excedentes – para a reprodução do grupo familiar, no capitalismo passa a ser responsabilidade da “nova mulher” que foi forjada a fogo, segundo Federici (2017), para ser a esposa e a mãe.

O processo de produção não natural dessas responsabilidades sociais é também destacada por Saffioti (2001, p. 8), “A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo.” e, características de fragilidade, sensibilidade, menor força física e até mesmo capacidade intelectual inferior que as dos homens foram características ditas femininas produzidas por séculos de violência, que envolveu inclusive o desenvolvimento da medicina como uma ciência moderna masculina em detrimento do saber medicinal das mulheres que controlavam os usos de chás curativos e a intervenção obstétrica.

Com a sociabilidade capitalista, a propriedade privada dos meios de produção e sua concentração nas fábricas, tem-se o tempo de vida cindido em tempo de trabalho no espaço público e tempo de trabalho no espaço privado. Assim, à “mulher foi relegada à esfera doméstica pela divisão do trabalho entre os sexos, enquanto se desenvolvia, através de milênios, uma poderosíssima ideologia que ainda determina a imagem da mulher e o seu papel na vida social.” (MONTENEGRO, 1981 p. 15). Porém, Saffioti (2001) adverte – e o real não permite que tal advertência seja refutada – que mesmo quando a mulher vende sua



força de trabalho, ela permanece socialmente responsável pelas tarefas de reprodução de sua própria força de trabalho, da de seu marido e da geração futura.

Para Montenegro (1981), as funções realizadas pelas mulheres de maneira privada (educação e cuidados dos filhos e reprodução da força de trabalho consumida diariamente) gera uma confusão entre a reprodução biológica e a reprodução privada da força de trabalho. Essa confusão serve como base para justificar a divisão sexual do trabalho, no entanto, para a autora, o fator biológico não poderia determinar as alterações ocorridas na família no decorrer da história, uma vez que ele permanece o mesmo durante a existência da espécie, mas sobre a organização familiar, não se pode dizer o mesmo, como podemos observar nos estudos antropológicos.

Saffioti (2001) traz em seu trabalho exemplos de sociedades que desmistificam essa função “natural” de cuidado com os filhos, como tribos indígenas nas quais logo após o parto as mulheres retornam às suas atividades, uma vez que a criação das crianças é uma função socializada. Toledo (2003), por sua vez, traz o caso dos “Tchambuli”, em que cabe às mulheres o dever de caçar e controlar tudo o que se refere à essa atividade, enquanto os homens vivem para as artes, dança, confecção de estruturas de madeira e vestimentas. Não se pretende com tais argumentos estabelecer uma antropologia de igualdade entre os sexos, mas demonstrar como não há uma essência natural para a divisão sexual do trabalho, e não sendo obra da natureza é trabalho humano criado e modificado no decorrer de séculos.

Portanto, ao se aceitar que em qualquer tempo histórico, e em todas as formas de sociabilidade, o espaço doméstico e a socialização dos filhos foram ocupações especificamente femininas se retira o caráter social e as diferenciações históricas desse fenômeno, e se atribui a ele um caráter de naturalidade (SAFFIOTI, 2001). Para a autora, a ciência e o uso que dela se faz traz a marca da manipulação das mulheres e “deste processo de nutrir cotidianamente os preconceitos que permitem uma maior dominação-exploração dos elementos femininos.” (SAFFIOTI, 2001. p. 23).

E neste ponto retomamos a explicação de Mészáros (2003) sobre a cisão do ser humano em T e P. Nessa cisão também se observa o desenvolvimento de uma relação de desigualdade do ser humano que se expressa como particularidades complexas em T e P. A atividade produtiva, mediação de primeira ordem, não necessita das diferenças entre homem e mulher. A atividade produtiva, essa relação simbiótica entre seres humanos e natureza, não impõe à mulher uma condição de inferioridade social, tampouco impõe a responsabilidade da maternidade – ainda que imponha o tempo gestacional. Por sua vez, a mediação de segunda ordem, a propriedade privada dos meios de produção, conforme corrobora Federici (2017), criou as condições objetivas para forjar uma nova mulher, particularmente submetida ao homem e hierarquicamente inferior na sociedade, em decorrência da responsabilização incumbida a ela pela (re)produção da força de trabalho. Assim, a alienação do ser humano de sua generidade, expressa-se também na desigualdade entre homens e mulheres, isto é, a alienação de cada membro da espécie do outro. Por estarmos impossibilitados concretamente de nos reconhecermos como a unidade do diverso, é que podemos produzir o diverso como desigual.

Vale ressaltar que essa desigualdade entre homens e mulheres, não está restrita apenas a classe trabalhadora, posto que a alienação é social e não apenas “privilégio” dos trabalhadores, há relações de opressão igualmente na classe burguesa. Entretanto, assim como as condições de vida dos membros da classe trabalhadora se distinguem das condições de vida dos membros da classe burguesa, as opressões também se manifestam conforme a particularidade de cada classe.

E, nesse complexo de complexos compreende-se porque a luta da mulher da classe trabalhadora é antes uma luta contra a classe burguesa, que uma luta contra a "classe" de homens. Somente a libertação da mulher trabalhadora da auto-alienação do trabalho liberta o ser humano das condições de exploração e opressão existente, por superar a cisão colocada pela propriedade privada dos meios de produção. Ou, como diria Marx (2006, p. 89), na



emancipação da classe trabalhadora está “encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.”. Em síntese, as relações de opressão são intrinsecamente permeadas por relações de exploração e nisso a Administração cumpre um papel.

3 Percurso Metodológico

Nosso percurso metodológico consistiu em realizar um levantamento dos artigos produzidos e publicação na área Administração no Brasil em revistas classificadas como qualificadas (Qualis-CAPES A2, B1). A coleta ocorreu em fevereiro de 2019, não foi delimitada data, apenas as palavras-chaves “mulheres”, “mulher”, “feminino”, “feminismo” e “gênero”, nos campos “Título” e “Palavras-chave do artigo”, resultando em 77 artigos.

Após a leitura dos resumos² de todos os artigos, os classificamos de acordo com as três temáticas recorrentes: a) Relações de Trabalho, Poder e Gênero; b) Práticas Organizacionais e relações de gênero e c) Negócios e Empreendedorismo. Procedeu-se mais uma categorização, a separação dos artigos entre “críticos” e “não-críticos”, cujo critério para isso foi a posição dos pesquisadores de naturalização ou tensionamento das relações de gênero, a despeito de terem superado ou não a aparência do real. Com isso apenas 20 trabalhos (26%) puderam ser aceitos como críticos, 16 deles pertencentes a categoria “Relações de Trabalho, Poder e Gênero”; 4 artigos em “Práticas Organizacionais e Relações de Gênero” e não foi encontrado nenhum em “Negócios e Empreendedorismo”.

Por fim, selecionamos 2 artigos de cada uma dessas categorias acima elencadas, sendo 1 crítico e 1 não-crítico. Mas como a categoria “Negócios e Empreendedorismo” não possuía nenhum artigo crítico, selecionamos apenas 5 artigos para a análise de conteúdo. Os critérios para seleção desses artigos foram: a) autores com maior produção na área; b) Qualis da revista; c) ano de publicação. Os artigos analisados estão assinalados no item “Referências” deste texto e ao longo da análise como NC para artigos considerados Não-Críticos e C para os críticos. Após a análise de conteúdo nestas pesquisas emergiram duas categorias analíticas que se apresentaram como temas hegemônicos nas discussões sobre as mulheres e o mundo do trabalho e da gestão: “Maternidade e Cuidado do Lar” e “Feminilidade *versus* Masculinidade”, as evidências e discussões estão expostas a seguir.

4 Discussão e Análise: a mulher segundo a ciência da administração

4.1 Feminilidade *versus* masculinidade

A pesquisa de Machado, Gazola e Anez (NC) (2013, p. 182) relatou que uma das dificuldades encontradas pelas mulheres empreendedoras está relacionada à cultura cuja visão preponderante é a compreensão “da mulher como dócil, frágil e desprovida de capacidade de atuar em uma sociedade comercial”. Como esses elementos não apareceram entre os dados de pesquisas, os autores perderam a oportunidade de problematizar tal afirmação, não houve, nem sequer, o questionamento sobre o que significa “capacidade para atuar em sociedade comercial”. Discursivamente, assumiu-se, portanto, a menor capacidade da mulher em relação aos homens, ainda que o real investigado não tenha apontado isso.

As características de sensibilidade, propensão para o cuidado, paciência, humildade, dentre outras atribuídas às mulheres, são utilizadas para associarem à elas profissões relacionadas à educação, artes e cuidado, e não à gestão, às quais são associadas características de autoconfiança, poder e habilidades de segurança postas como naturais do ser homem, e não do ser mulher. A menor quantidade de mulheres no campo da administração, portanto, também é justificada por essa diferença dicotômica entre as qualidades do componente feminino e masculino.



Por sua vez, Grzybovski Boscarin, e Migott (NC) (2002, p. 191) sustentam que as mulheres têm características particulares nas organizações de aprendizagem, pois elas são flexíveis e humildes para se adaptar e aceitar situações de desmotivação, pacientes para começar de baixo e aprender com modéstia. Colocam ainda que tendem a exercer uma liderança mais democrática ao passo que os homens um estilo mais diretivo.

Nota-se como é posta, mesmo que em algumas vezes de forma sutil a inferioridade intelectual da mulher. Os estudos enfatizam (sem problematizar) que a maioria dos cargos de chefia, ou de grande relevância são ocupados majoritariamente por homens. Eles sugerem que a “falta de aspiração” de mulheres à cargos de direção ou presidentes de conselho se devem às áreas em que atuam: relações públicas, recursos humanos e comunicações, áreas em que na maioria das vezes não são *locus* natural para a escolha dos presidentes. Percebe-se que o obstáculo ao acesso aos cargos de chefia se deveria, portanto, às vontades das mulheres que escolheram determinadas profissões e não outras em virtude de suas qualidades “naturalmente” femininas. No entanto, essa suposta inferioridade intelectual que foi produzida durante os últimos séculos em função, inclusive, da proibição da mulher frequentar os bancos escolares ou estudarem determinadas disciplinas ou cursarem o ensino superior, é a base concreta que rebaixa o valor da força de trabalho da mulher. A mulher acaba sendo induzida a atuar em determinadas profissões e não outras, qualifica menos sua força de trabalho e, por isso ou vende sua força de trabalho por um valor menor a um capitalista ou ingressa em setores econômicos que se apropriam de uma menor taxa média de lucro quando empreendem.

Algo parecido ocorre com a naturalização do empreendedorismo, como pode ser visto no artigo de Grzybovski, Boscarin e Migott (2002), em que as autoras referenciam os estudos de Allen *et al.* (2007) para dizer que o percentual de mulheres empreendedoras era bem menor que o de homens empreendedores, e ainda, que o processo sucessório está historicamente relacionado à uma figura masculina, sem problematizar tais questões. Grzybovski, Boscarin e Migott (2002) também analisam o processo sucessório em empresas familiares, e apontam que na grande maioria dos casos são homens que assumem tal responsabilidade, e que quando mulheres assumem costumam utilizar “recursos do gênero masculino” para obter sucesso na gestão. Interessante observar que os estudos nos mostram que mesmo quando as mulheres ocupam cargos de gestão ou posição de poder nas organizações, elas são masculinizadas para justificar o fato de “darem conta do recado”. Ao assumirem uma posição de poder elas precisam apresentar atitudes de “*masculinidade*”, reproduzir o “*modelo masculino*”, para que possam ser reconhecidas e respeitadas, ao ocupar tal posição, como afirmam Capelle e Melo (2010, p. 15). Para que assumam postura de liderança, requerida nos postos de gestão, elas também “abandonam seus estilos femininos nesses cargos e atuam de modo mais autocrático”. Ou seja, mesmo enquanto mulheres profissionais que se destacam, a competência delas não é ligada as suas qualidades, mas sim a sua “capacidade de se comportar enquanto homem”. O estudo de Capelle e Melo (NC) (2010, 14-16) abrangeu as Policiais Militares, que apontou que, para conquistarem posições de destaque ou executarem atividades ligadas ao operacional, as policiais têm que adotar posturas “masculinizadas”, para que possam enfrentar “bandidos como homens”. As autoras destacam ainda que, até na rádio da Polícia Militar não se costuma utilizar a voz feminina, uma vez que a “credibilidade” da informação é dada à voz masculina.

A questão da “feminilidade *versus* masculinidade” também é observada no artigo de Corrêa *et al.* (C) (2007). Apesar de tecer críticas quanto à divisão dos papéis sociais de homens e mulheres nos jornais internos de circulação de empresas, Corrêa *et al.* (2007) naturalizam diversos aspectos relacionados ao “ser homem” e “ser mulher”, por exemplo, por um lado, ao colocarem que o jornal “Vênus” trata apenas de assuntos “de interesse das mulheres” ou “tipicamente femininos” relacionando-os à culinária, beleza, família, afeto, entre outros, os autores acabam tornando aspectos como a maternidade e cuidado do ambiente doméstico como “natural” das mulheres, além de naturalizar características como



sensibilidade, amorosidade e fragilidade como “tipicamente femininas”. Por outro lado, quando colocam que no jornal “Marte” os ícones são sempre homens, ou mulheres com trajes “tipicamente masculinos”, os autores naturalizam aspectos relacionados ao “masculino”

Não foi apresentado nesses artigos uma reflexão sobre a origem dessas características de feminilidade e masculinidade, características que são impostas a ambos, como lembra Saffioti (2001, p. 8): “A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”. A não problematização da produção dessas características de masculinidade e feminilidade ignora inclusive que, mesmo os homens, supostamente possuidores das qualidades necessárias ao sucesso no mundo dos negócios, não as tem naturalmente.

4.2 Maternidade e cuidado da casa

Um aspecto que foi colocado por todos os estudos foi a questão da “dupla-jornada”, do cuidado do ambiente doméstico e da família. Relembrando aspectos trazidos por Saffioti, Toledo, Montenegro e Federici que foram colocados pela exposição teórica, o cuidado da casa e dos descendentes não constitui dever, ou habilidade biológica das mulheres. No entanto, os textos analisados apresentam a divisão sexual do trabalho e o “dever” de reprodução do espaço privado imposto às mulheres em um momento histórico e social específico como algo natural e geral de toda a história da humanidade.

Vender a força de trabalho é exposto nas pesquisas analisadas como algo que ocupa um lugar secundário na vida das mulheres. Em primeiro lugar, para a mulher, está seu “dever” no espaço doméstico. Machado, Gazola e Anez (2013, p.5), por exemplo, ao analisarem os motivos e as dificuldades das mulheres no desenvolvimento de novos negócios, destacam a obstáculos de ascensão no mercado, aliada à questão da flexibilidade de horário, porque as mulheres têm que “conciliar o trabalho às exigências do lar e da família”. Grzybovski, Boscarin e Migott (2002, p.9), por sua vez, ao analisar a ocupação de cargos de direção ou presidência afirmam que os homens estão mais disponíveis para assumir tamanha responsabilidade, pois “não possuem compromisso de maternidade, criação de filhos e administração da casa”.

Não discordamos desse diagnóstico dos pesquisadores e pesquisadoras. O fato de a mulher ocupar-se mais com essas “atividades domésticas” do que os homens é algo vivido cotidianamente por quase todas as mulheres. Discordamos da aceitação não reflexiva desse diagnóstico. Assim, no que tange à maternidade, a análise dos artigos nos mostrou que o cuidado e socialização dos filhos se tornou um papel tão naturalizado, que muitas vezes as próprias mulheres pesquisadoras reproduzem o que deveriam explicar, como destacado

como separar a maternidade da mulher? Nesse sentido, olhar o mercado de trabalho na ótica das mulheres implica observar diversas outras atividades, uma vez que, além de fazer parte dos espaços produtivos públicos, à *mulher compete* outras atribuições sociais voltadas para a manutenção da espécie. (CAPPELLIN, 1995 apud CAPELLE; MELO, 2010, p. 79).

Trata-se de uma perspectiva romantizada que impossibilita a separação entre mulher e maternidade. A capacidade biológica que existe no ser mulher consiste na reprodução biológica da espécie, que “por um acaso”, também não cabe somente a ela, necessita tanto do homem quanto da mulher para ser de fato efetivada. O fato de que, para homem esse ato dure alguns instantes, enquanto para a mulher pode durar até nove meses, não altera em nada a questão. A mulher, portanto, nasce com a capacidade biológica de carregar no ventre durante o período da gestação, mas não com um “espírito materno” para criação e educação dos filhos e filhas, como demonstrou Federici (2017), a partir da repressão política conhecida como Caça às Bruxas, se tornam naturalmente possuidoras de um “instinto materno”. O sentimento social produzido nos últimos séculos oprime a mulher, seja por acionar um processo de culpabilização do ser, ou, seja por estabelecer um rechaço social às mulheres que não executam a maternidade.



Os textos analisados demonstraram que as mulheres, ao venderem sua força de trabalho, se sentem culpadas por “abandonar os filhos”. (CORRÊA *et al.* 2007). Demonstraram também que sofrimentos psíquicos são desenvolvidos nas mulheres quando elas necessitam decidir se darão continuidade na carreira ou efetuarão uma pausa para serem mães, cientes de que essa pausa inclui responsabilidades de criação que as impedirão de dedicar-se novamente a carreira de mesmo modo que antes da maternidade. Ademais, ficou atestado também que aquelas mulheres que optam por não assumirem a função social da maternidade são “desconstruídas” enquanto mulher.

A responsabilidade com o cuidado com as tarefas da casa, como limpar, cozinhar, etc. também é naturalizada de tal forma que em todos os textos analisados a questão da dupla-jornada é abordada, sem, no entanto, ser problematizada. As dificuldades de inserção no mercado, de possibilidades ou dificuldades de empreender, de ascensão no trabalho, são constantemente relacionadas à necessidade de “flexibilização de horários” para a manutenção do lar e da família, ou a dupla-jornada a qual são submetidas às mulheres, pelo seu dever de chegar em casa e ainda ter de “ir para as panelas e arrumar a casa” (REIS; MEDEIROS; VALADÃO, 2012, C). Contudo, é necessário dar um passo anterior é questionar: por quê?

À mulher “cabe” o papel social de cuidado do lar e dos filhos e mesmo quando possui uma atividade remunerada, cabe a ela desempenhar essas tarefas ou designá-las à outra pessoa, ou melhor dizendo, a outra mulher, como foi demonstrado nos estudos de Reis, Medeiros e Valadão (2012) que analisaram as relações de trabalho em uma lavanderia. Por um lado, o papel desempenhado pelas trabalhadoras, de lavar e passar, é realizado como uma atividade remunerada para “suprir” o “dever” de outras mulheres que não conseguem desempenhar esse “papel” e possuem condições de as contratarem para realizar “os trabalhos que lhe correspondem enquanto mulheres” (SAFFIOTI, 2001, p. 8). Por outro lado, ao voltar para casa, essas trabalhadoras precisam desempenhar no ambiente doméstico a mesma tarefa, agora como forma de “cumprir seu dever doméstico”, exercendo um trabalho não remunerado de manutenção do lar, pois a remuneração que recebem lavando e passando não permite que terceirizem os seus afazeres domésticos a outras. Observamos que, inclusive os artigos que classificamos como críticos, por expressarem diretamente que é intenção dos autores e autoras problematizar as relações sociais postas, acabam por naturalizar o que denunciam.

Outro ponto a ser destacado nesta análise, é que se por um lado a manutenção do espaço privado é colocado como dever da mulher, no qual o homem desempenha apenas um papel de, no máximo, ajudar; por outro lado, o trabalho extra-casa é considerado como responsabilidade dos homens, no qual à mulher somente se insere para adquirir complementação de renda familiar, como coloca Machado, Gazola e Anez (2013): “Além disso, elas abrem empresas para ter maior flexibilidade de horário, procurando conciliar a exigência do trabalho e da família, ou para complementar a renda familiar”; ainda que hoje, conforme dados do IBGE (2017) 40% das famílias sejam chefiadas por mulheres. Como colocado por Saffioti (2001), na posição de mera “ajudante”, as mulheres acabam recebendo salários inferiores, ainda que desempenhe as mesmas funções. E ainda mais, a própria mulher, acreditando que o seu trabalho seja apenas uma forma de “ajuda” no provento do lar, aceita como “natural” um salário inferior. Assim, é possível perceber como a naturalização dessa relação reforça e reproduz não apenas a opressão da mulher em relação ao homem, mas “justifica” a intensificação da sua exploração.

5 Considerações Finais

Dada a importância da Ciência para a compreensão e o enfrentamento da realidade social, o objetivo do presente trabalho foi compreender as potencialidades do conhecimento produzido no campo das ciências administrativas para alterações qualitativas nas relações entre homens e mulheres. Foi possível constatar que os estudos acerca da temática são recentes e escassos, contudo, a existência de artigos que se propõem a discutir a questão das



particularidades sociais decorrentes das necessidades objetivas e subjetivas da mulher ingressar no mercado de trabalho pode ser considerada um avanço para a área, pois a pauta concernente ao gênero ganha relevo em um campo que por longo tempo a ignorou. Este texto, por exemplo, só foi possível porque os problemas sociais das mulheres não são mais ignorados enquanto um problema científico. Entretanto, o que se apresenta como uma potencialidade para a luta das mulheres, também a limita, pois a racionalidade científica burguesa impõe-se sobre o real e, até mesmo aqueles artigos que se propõem críticos, acabam contribuindo, em certa medida, para naturalização da opressão, visto, em geral, dedicam-se a descrever uma realidade por meio da representação comum da mesma, não superando a aparência fenomênica para a compreensão das relações sociais concretas.

A ciência administrativa, no que tange ao estereótipo dual e superficial da feminilidade e masculinidade, ao invés de problematizá-lo, reforça-o. Isso foi feito tanto por meio do uso de bases teóricas que naturalizam as relações sociais, como por meio da não problematização de tais questões, de forma que acabam propagando e reforçando a naturalização das características relacionadas ao “ser homem” e “ser mulher”, sobretudo no que se refere ao papel social atribuído às mulheres em relação à maternidade e cuidado do lar; e, conseqüente utilização dessas para “justificar” o lugar social de inferioridade da mulher e dos obstáculos que elas encontram quando se deparam com outros homens no mercado de trabalho. A natureza competitiva do mercado de trabalho não é tratada nos textos e toda a exploração da força de trabalho, que atinge de forma diferente a homens e mulheres (não ignoramos isso), passa a ser tratada como meros desdobramentos de atribuições individuais. Como se bastasse não ser mãe ou ter homens que compartilham as responsabilidades da reprodução da força de trabalho para acabar com a competição que não é da essência humana, mas da essência das trocas na sociabilidade do capital.

Observamos, portanto, que a ciência administrativa parte de uma relação alienada do Ser Social (SS: T-P) com a Natureza (NA) e a Indústria (IA), tendo nessa particularidade um Ser Social duplamente cindido entre classe e gênero (SS: $T_{(H>M)}-P_{(H>M)}$). Fica latente que as ciências administrativas vem reproduzindo a naturalização do papel da mulher e das relações de classe, pois comprometida com os interesses do capital, não interessa que se alcance a essência do fenômeno, uma vez que, conforme exposto, a naturalização do papel da mulher, e a manutenção de sua opressão, permite a intensificação de sua exploração, e portanto, auxilia na produção e reprodução do capital.

Por fim, revelar ou ocultar a realidade objetiva é uma arma poderosa no campo de luta de classes, é através do alcance da essência dos fenômenos que se cria condições de instrumentalizar-se para uma intervenção que transforme radicalmente a forma atual da sociabilidade, inclusive na Administração (FERRAZ; FERRAZ, 2018); por isso, necessita-se de uma agenda de discussões, as quais busquem compreender de forma mais aprofundada os impactos da forma gnosiológica de construção do conhecimento científico para a luta das mulheres contra sua opressão, e em busca da Emancipação real.

Para que isso seja possível, é necessária a luta não somente pelo fim da opressão homem-mulher, mas uma luta que vislumbre a abolição da propriedade privada dos meios de produção e o estranhamento decorrente dela, uma vez que conforme exposto por Marx (2004), o trabalho estranhado gerado pela propriedade privada dos meios de produção torna o ser humano estranhado não somente da natureza e de sua própria atividade vital, mas do seu próprio ser genérico, de sua própria essência humana, tornando pois, estranhada a relação homem-mulher. Portanto, a busca pela real emancipação da mulher, e ainda mais pela emancipação Humana, implica na busca da superação da auto-alienação do/no trabalho e da auto-alienação entre os sexos, pois se no processo de constituição do capitalismo, uma nova forma de opressão sobre a mulher foi engendrada, o fim desta passa necessariamente pelo fim daquele. E, assim, constitui-se às condições concretas para efetivar a canção de Doralyce: “Sou mulher, sou dona do meu corpo e da minha vontade. Fui eu que descobri Prazer e Liberdade. Sou tudo que um dia eu sonhei pra mim”.



Referências

- CAPELLE, M. C.; MELO, M. C. A. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de MG. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, 2010. (NC)
- CORRÊA, A. M.; GONTIJO, M. C. L., ASSIS, L. B. D., CARRIERI, A. D. P., MELO, M. C. D. O. L. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: Representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 191-211, abr./jun., 2007. (C)
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2017
- FERRAZ, D. L. S.; CHAVES, R. H. S.; FERRAZ, J. M. Para além da epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. **REAd Revista Eletrônica de Administração**. v. 24, n. 2, p. 1-30, 2018.
- FERRAZ, J. M.; FERRAZ, D. L. S. O materialismo histórico e dialético: porque ser contra-hegemônico (pode) não é ser contra o capital. In: PAÇO-CUNHA, E.; FERRAZ, D. L. S. (org.) **Crítica Marxista da Administração**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018.
- GALVÃO, K. D. S., SILVA NETO, O. S., SANTOS, J. F. D., RABONI, P. L. Análise dos modelos de precificação de ativos sob uma abordagem epistêmica do positivismo/pós-positivismo e do construtivismo. **Cadernos EBAPE.BR**, 14(1), 2016.
- GRZYBOVSKI, D.; BOSCARIN, R.; MIGOTT, A. M. B. Estilo feminino de gestão em empresas familiares gaúchas. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 2, p.185-207, 2002. (NC)
- MACHADO, H; GAZOLA, S.; ANEZ, M. Criação de empresas por mulheres: um estudo com empreendedoras em Natal/RN. **Revista de Administração Mackenzie**, v.14, n.5, p. 177-200, 2013. (NC)
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **O Capital – Livro 1**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- MONTENEGRO, A. **Ser ou não Ser Feminista**. Recife: Ed. Guararapes, 1981.
- PAÇO-CUNHA, E. Ciência Revolucionária: manifesto e miséria da filosofia. **Sapere Aude**, v. 9, n. 18, p. 161-177, 2018.
- ROSA, A. R; MEDEIROS, C. R. O; VALADÃO, V. M. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, nº 2, p. 392-410, 2012 (C)
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 11.ed. São Paulo: Editora Moderna, 2001.
- TAIAR, E. Número de lares chefiados por mulheres sobe em 20 anos. (2017)
- TOLEDO, C. **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide** São Paulo: 2003.

¹ Marx, como filósofo de seu tempo, utiliza o termo homem para se referir ao gênero humano, como muitos ainda fazem, mesmo decorrido mais de um século. Porém, nós substituiremos o termo “homem” por “ser humano” respeitando apenas as citações diretas de Marx e Mészáros.

² Conforme as regras da ABNT (2003), os resumos devem conter os principais elementos do trabalho, como objetivo, método, resultados e conclusões obtidas com o estudo.